

A RETOMADA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL: PROPOSTAS PRIORITÁRIAS APROVADAS NA PLENÁRIA FINAL DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

Beatriz Elena Barud Silva, Universidade Estadual de Maringá
Éder Rodrigo Gimenes, Universidade Estadual de Maringá.

Introdução

As Conferências Nacionais constituem experiência de Instituições Participativas relevantes na experiência democrática brasileira, por promoverem a interlocução entre Estado e sociedade civil na formulação de políticas públicas. Seus resultados tornam-se objeto privilegiado de análise por envolverem práticas de representação, deliberação e participação nos três níveis da federação (Gimenes; Silva; Villela, 2025).

No caso das Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, dispomos de quatro edições, realizadas em contextos políticos distintos. As três primeiras, realizadas em 2008, 2011 e 2016, inserem-se em um período de ampliação da cidadania LGBTQIA+ e de maior institucionalização dessas pautas no Estado (Silva; Gimenes, 2025). A conjuntura subsequente, contudo, foi marcada por desarticulação e apagamento, intensificados a partir de 2019 com o Decreto nº 9.759/2019 (Araújo; Silva, 2022). Nesse cenário, a 4ª Conferência, realizada após um hiato de nove anos, adquiriu especial relevância como marco de retomada da participação social.

Diante desse quadro, este trabalho analisa aspectos centrais da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, com ênfase nas propostas prioritárias aprovadas em sua plenária final. Busca-se evidenciar a relevância política dessa retomada e ressaltar a importância do registro e da difusão de seus resultados como forma de enfrentamento aos processos históricos de invisibilização e apagamento da população LGBTQIA+.

Materiais e métodos

O presente estudo fundamenta-se em abordagem qualitativa, ancorada na análise documental (Cellard, 2008) e bibliográfica (Lakatos; Marconi, 2017).

ISSN: 25253611

VI Seminário sobre gênero:

“Educação, diversidades e práticas profissionais: diálogos interseccionais e (im)pactos sociais”

O corpus de análise compreende o documento final da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, disponível em meio eletrônico, com ênfase nas propostas prioritárias aprovadas em sua plenária final. Metodologicamente, busca-se descrever e interpretar esse conjunto de deliberações como expressão da retomada da participação social no campo dos direitos LGBTQIA+, conferindo centralidade ao registro e à difusão dessas proposições como forma de enfrentamento dos processos de invisibilização e apagamento histórico que incidem sobre essa população.

Resultados e Discussão

Antes de examinar a 4ª CNLGBTQIA+, retomamos, ainda que de forma sintética, alguns aspectos das três edições anteriores. A 1ª Conferência Nacional, realizada em 2008 sob o tema Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT, constituiu um marco relevante no processo de institucionalização das pautas LGBTI+ no Brasil, sobretudo por ter sido a primeira iniciativa, em âmbito nacional, voltada especificamente à discussão desse tema (Silva; Gimenes, 2025).

Entre seus objetivos centrais, destacavam-se a atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos, a incorporação de ações voltadas à população LGBTI+ e o fortalecimento do controle social. A 2ª Conferência, realizada em 2011, reafirmou esses espaços como instrumentos de construção coletiva da cidadania. Já a 3ª edição, em 2016, ocorreu em contexto de ampliação de direitos e destacou a assinatura do Decreto nº 8.727/2016, relativo ao uso do nome social e ao reconhecimento da identidade de gênero na Administração Pública (Silva; Gimenes, 2025).

As conferências anteriores também produziram desdobramentos institucionais relevantes, entre os quais a criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de Pessoas LGBT (2009), a instituição do Dia Nacional de Combate à Homofobia (2010), a inclusão de módulo específico no Disque 100 (2011) e a implementação de instâncias e programas voltados à promoção de direitos e ao enfrentamento da violência entre 2012 e 2014 (Silva; Gimenes, 2025).

No que se refere à 4ª Conferência Nacional, realizada em 2025, sob o tema *Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+*. Essa edição recolocou em evidência a centralidade dos espaços participativos na formulação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas voltadas à garantia de direitos dessa população. O documento orientador e o regimento interno da 4ª Conferência (Brasil, 2024a; Brasil, 2024b) estabeleceram quatro eixos temáticos: enfrentamento à violência LGBTQIA+; trabalho digno e geração de renda para a população LGBTQIA+; interseccionalidade e internacionalização; e institucionalização da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, a partir dos quais foram organizados 16 grupos de trabalho, quatro em cada eixo. Cada grupo poderia aprovar até cinco propostas e eleger uma como prioritária, totalizando 80 propostas aprovadas e 16 priorizadas.

A análise das 16 propostas prioritárias evidenciou a necessidade de inclusão produtiva, autonomia econômica e ampliação de direitos sociais, destacando medidas de ação afirmativa no trabalho e na educação, além de diretrizes voltadas à saúde integral, especialmente para pessoas trans e não binárias. Também se observam propostas direcionadas ao enfrentamento de vulnerabilidades estruturais por meio de crédito, permanência estudantil e combate à LGBTQIAfobia institucional (Brasil, 2025).

As deliberações também apontam para a urgência da institucionalização de uma Política Nacional LGBTQIA+ com financiamento próprio e coordenação interfederativa, tal qual SUS e SUAS, bem como para o acolhimento de grupos em maior vulnerabilidade, como migrantes, refugiados e pessoas privadas de liberdade. Em conjunto, as propostas indicam a passagem de ações dispersas para uma agenda mais estruturada de garantia de direitos. O quadro 01 apresenta uma síntese dos grupos de trabalho e do conteúdo das propostas (Brasil, 2025).

Quadro 01 – Propostas prioritárias por GT

GT	Proposta prioritária
GT 01 – Violência	Sistema Nacional de Direitos Humanos LGBTQIAPN+, com segurança pública, cidadania, memória, verdade e anistia.
GT 02 – Acolhimento	Centros de referência e casas de acolhimento com moradia temporária e apoio à inserção laboral.

GT 03 – Formação	Formação permanente e obrigatória de gestores e servidores em gênero, sexualidade e direitos humanos.
GT 04 – Dados	Inclusão obrigatória de identidade de gênero, orientação sexual e nome social em sistemas e pesquisas oficiais.
GT 05 – Cotas	Reserva de vagas no serviço público para LGBTQIA+, com foco em pessoas trans, travestis e não binárias.
GT 06 – Educação	Cursos preparatórios populares para ENEM e Encceja, prioritariamente para a comunidade trans.
GT 07 – Empreendedorismo	Mês da Diversidade no Trabalho, feiras e linhas de crédito para empreendedores LGBTQIA+.
GT 08 – Trabalho	Protocolos antidiscriminatórios e sanções à LGBTQIAfobia em ambientes públicos e privados.
GT 09 – Escola	Programa nacional contra LGBTQIAfobia na educação, com revisão curricular e proteção integral.
GT 10 – Cultura	Lei específica e financiamento permanente para cultura LGBTQIA+, com editais e apoio a marchas e paradas.
GT 11 – Saúde	Atualização da política de saúde com PAES Pop Trans e oferta de hormônios pelo SUS e Farmácia Popular.
GT 12 – Refúgio	Política de acolhimento a migrantes e refugiados LGBTQIA+, reconhecendo gênero e orientação sexual como motivo de refúgio.
GT 13 – Orçamento	Destinação mínima de 0,5% da receita corrente líquida e rubricas específicas no PPA, LDO e LOA.
GT 14 – Política Nacional	Lei nacional da Política LGBTQIA+, com financiamento tripartite entre União, estados e municípios.
GT 15 – Acessibilidade	Autodeclaração em cadastros públicos e garantia de acessibilidade em Libras, inclusive na justiça.
GT 16 – Inclusão laboral	Cotas na Lei do Estágio para pessoas trans e não binárias e criação de banco nacional de oportunidades.

Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Considerações finais

Em breve síntese, a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ evidencia a retomada da participação social após um período de desarticulação institucional, reafirmando a centralidade desses espaços na formulação de políticas públicas. Ao focalizar as propostas aprovadas na plenária final, o estudo destacou demandas relacionadas à inclusão produtiva, à ampliação de direitos sociais e à institucionalização de uma política nacional voltada à população LGBTQIA+. Desse modo, o registro e a difusão dessas deliberações mostram-se relevantes tanto para o fortalecimento da memória política quanto para o enfrentamento dos processos históricos de invisibilização e apagamento.

Referências

ISSN: 25253611

VI Seminário sobre gênero:

“Educação, diversidades e práticas profissionais: diálogos interseccionais e (im) pactos sociais”

ARAÚJO, R. de P. A.; SILVA, B. E. B. Estudo de caso sobre os Conselhos Nacionais no Governo Jair Bolsonaro (2019-2022). **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 24–39, 2022. DOI: 10.5902/2236672586439. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/86439>. Acesso em: 23 maio 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. **Documento orientador para as etapas da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+**. Brasília: MDHC, 2024a. Disponível em: https://www.conflgbtqia.org/files/ugd/3ccff0_731698d6707b435a82a903d26762245b.pdf. Acesso em: 21 maio 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. **Documento orientador para a realização das conferências preparatórias locais, estaduais, livres e do Distrito Federal, para a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+**. Brasília: MDHC, 2024b. Disponível em: https://www.conflgbtqia.org/files/ugd/3ccff0_ec73fbdfc02d4371a0d2074553b8abca.pdf. Acesso em: 23 maio 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+**: propostas prioritárias. Brasília, DF: MDHC, 2025. Disponível em: https://www.conflgbtqia.org/files/ugd/3ccff0_9e208ee8f8454b59b424a2ea03b06088.pdf. Acesso em 23 maio 2026.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SILVA, Beatriz Elena Barud; GIMENES, Éder Rodrigo; VILLELA, Hebert de Paula Giesteira. Análise das conferências nacionais dos direitos das pessoas LGBTI+ no Brasil. In: ABETH. **Produção científica de pesquisadoras LGBTQIA+ e aliadas no Brasil** [livro eletrônico]: panorama 2024-2025. Brasília, DF: ABETH, 2025a. p. 55-83.

SILVA, Beatriz Elena Barud; GIMENES, Éder Rodrigo. Movimento LGBTI+: da construção de espaços seguros à institucionalização. In: ABETH. **Produção científica de pesquisadoras LGBTQIA+ e aliadas no Brasil** [livro eletrônico]: panorama 2024-2025. Brasília, DF: ABETH, 2025b. p. 1140-1164.